



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura Municipal de Vassouras**

**Lei nº 2241 de 18 de setembro de 2006.**

**Estabelece normas de combate à prostituição infanto-juvenil, institui programas de educadores de rua e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Vassouras aprovou e eu promulgo a seguinte ,

**LEI:**

**Art. 1º** – Fica determinado o cadastramento e a fiscalização de logradouros públicos em todas as casas noturnas, boates e similares, visando o combate à exploração sexual infanto-juvenil, no Município de Vassouras.

**Art. 2º** – O Poder Executivo deverá designar, por Decreto, a Secretaria ou o departamento competente pela fiscalização de casa de tolerância, boates, lanchonetes, e similares para verificar a presença de crianças e adolescentes em risco de prostituição.

**§ 1º** – Caso sejam encontrados crianças e adolescentes nos locais citados no *caput* deste artigo, estes devem ser encaminhados ao Conselho Tutelar e outras entidades não governamentais, visando à reintegração das crianças e adolescentes que estão se prostituindo, às suas famílias.

**§ 2º** – O encaminhamento que trata o parágrafo anterior, não exclui as demais penalidades previstas na legislação federal, estadual e municipal.

**Art. 3º** – Fica a municipalidade autorizada a formar educadores de Rua, que deverão proceder a abordagem de crianças e adolescentes, buscando integrá-los à família, evitando assim a prostituição.

**Art. 4º** – Para dar combate a prostituição infantil na cidade, os educadores de rua deverão fazer visitas constantes aos terminais rodoviários e abordar meninos e meninas desacompanhadas de pais ou sem autorização destes, e encaminhá-los ao Conselho Tutelar.

**§ 1º** – As empresas de ônibus não poderão vender passagens intermunicipais, interestaduais e internacionais, e nem permitir o embarque de crianças e adolescentes desacompanhadas dos pais ou sem autorização destes, ou do juízo competente, cabendo nestes casos, e de imediato, comunicar a ocorrência ao Conselho Tutelar.


**§ 2º** – A não obediência ao disposto no parágrafo anterior deve ser denunciada ao Conselho Tutelar, e a empresa infratora sofrerá as sanções previstas na legislação federal e as constantes da regulamentação desta Lei pelo Poder Executivo.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Prefeitura Municipal de Vassouras**

**Art. 5º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vassouras, em 18 de setembro de 2006.

  
**Eurico Pinheiro Bernardes Junior**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que esta Lei foi afixada em local próprio nesta Prefeitura em, 18 de setembro de 2006.



**Humberto Mandaro Sobrinho**  
**Secretário Municipal de Administração**